



DIRETRIZES E PROPOSTAS



2023

REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE PRADO FERREIRA/PR



DIRETRIZES E PROPOSTAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA



2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRADO FERREIRA

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. O Plano Diretor compõe um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano e rural, a fim de garantir a oferta dos serviços públicos e assegurar melhores condições de vida para a população e o meio ambiente.



CONSULTORIA

ITEDES – Instituto de Tecnologia Desenvolvimento Econômico Social

❖ Coordenadores do Plano Diretor Municipal (PDM)

- Fernando Fernandes, Dr – Engenheiro Civil CREA-SP 94790/D
- Elisa Roberta Zanon – Arquiteta e Urbanista CAU n.º A40895-6
- Catarina Schauff Zanetti – Arquiteta e Urbanista CAU n.º A13273-0

❖ Equipe técnica da consultoria

- Alex da Cunha Molina – Engenheiro Ambiental CREA-PR 201586/D
- João Baptista Bortolotti – Arquiteto e Urbanista
- Letícia Medeiros Gimenez - Geógrafa CREA-PR 190910/D
- Marcos Vinicius Costa Rodrigues – Engenheiro Ambiental CREA-PR 155634/D
- Natália Rolim Gallerani - Advogada OAB 103.445PR
- Carlos Eduardo Moraes de Oliveira – Estagiário de Engenharia Ambiental
- Paula Yuri Taniwaki – Estagiária de Engenharia Ambiental



PREFEITURA

❖ **Prefeito municipal de Prado Ferreira 2021 a 2024**

- Maria Edna de Andrade

❖ **Vice-prefeito 2021 a 2024**

- Antônio Carlos de Melo

CÂMARA DE VEREADORES

❖ **Vereadores – Legislatura de 2021 a 2024**

- Álvaro Gonçalves da Rocha
- Antonia Perre dos Santos
- Claudionor Gonçalves Carrasco
- Deivid Sirqueira Couto
- Eder Junior Mazar
- Gabriel Henrique dos Santos Silva
- Geovani Ribeiro de Oliveira
- Isau Maria de Souza
- José Martins da Silva Filho (Roque)
- Michele Cristiane Camiloti dos Reis
- Wagner Henrique Vilas Boas



PORTARIA N.º 199/2023 - CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

O Conselho Municipal da Cidade segue vigente e nomeado por dois anos pela Portaria n.º 199/2023 de 3 de agosto de 2023, em cumprimento ao que dispõe a Lei n.º 317/2013 nos artigos enumerados de 57 a 61, com os seguintes membros:

- **Representantes do Departamento de Obras Públicas:**
Titular: Ronald Tiziani Pivoto
Suplente: Magna Regina de Moura Gonzales
- **Representantes do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente:**
Titular: Guilherme Aparecido Kutani Pedrangelo
Suplente: Sergio de Souza Lopes
- **Representantes do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:**
Titular: Eder Junior Mazar
Suplente: Antonio Aparecido de Oliveira
- **Representantes da Câmara Municipal:**
Titular: Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Suplente: Álvaro Gonçalves da Rocha
- **Representantes do Conselho Municipal de Educação:**
Titular: Wilson Herber Filho
Suplente: Cleide Cilene Duarte Rosa
- **Representantes do Conselho Municipal de Saúde:**
Titular: Marília Gabriela Salgado Alves
Suplente: Célia Aparecida Alves Pereira
- **Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:**
Titular: Flávia Scaloni Vendramini
Suplente: Joana Fátima da Silva
- **Representantes da Associação Comercial e Industrial de Prado Ferreira:**
Titular: Silvio Antônio Damaceno
Suplente: Roberta Sanches Belentani
- **Representantes do Conselho Municipal de Habitação:**
Titular: Kleber da Silva Onça
Suplente: Davi Diniz de Oliveira
- **Representantes da Sociedade Civil:**
Titular: Sâmela Machado Onça
Suplente: Rômulo Cruz de Moura Gonzales
Titular: Larissa de Oliveira
Suplente: Joel Pereira



DECRETO N.º 36/2023 – EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (ETM)

A Equipe Técnica Municipal (ETM) foi constituída para a revisão do plano através do Decreto n.º 36 de 2 de agosto de 2023, por representantes indicados pelo Poder Público, formado pelos seguintes participantes:

- Ana Paula Rodrigues – Diretora do Departamento Municipal de Tecnologia e Informação;
- Antonio Carlos Dias Salvador – Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- Eder Junior Mazar – Diretor do SAMAE;
- Eduvaldo Soares dos Santos – Chefe da Divisão de Obras;
- Gabriel Galdino de Souza – Assessor Jurídico;
- Guilherme Aparecido Kutani Pedrangelo – Chefe da Divisão de Agricultura;
- João Lopes Pinheiro Junior – Diretor do Departamento de Administração;
- Magna Regina de Moura Gonzales – Coordenadora de Projetos e Convênios;
- Mariana Fernandes Lopes Pinheiro – Diretora do Departamento de Ação Social;
- Marília Gabriela Salgado Alves – Secretária Municipal de Saúde e Ação Social;
- Milene Cristina Lopes de Souza – Controladora Interna;
- Moacir de Moura Gonzales – Diretor do Departamento Municipal de Finanças;
- Ronald Tiziani Pivoto – Coordenador de Obras Públicas e Conservação;
- Wilson Herber Filho – Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.



DECRETO N.º 37/2023 – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

A Comissão de Acompanhamento foi constituída para a revisão do plano através do Decreto n.º 37 de 7 de agosto de 2023, por representantes da sociedade de Prado Ferreira, formado pelos seguintes participantes:

- **Representante da Sociedade Civil:**

Sâmela Machado Onça - (Arquiteta);

Silvio Antonio Damaceno – (Comerciante);

- **Representante do Setor Imobiliário:**

Rosana Cristina Moraes;

Vitória Moraes de Oliveira;

- **Representante da EMATER:**

Sérgio de Souza Lopes;

- **Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:**

Fernanda Gomes Gonçalves dos Santos;

- **Representante do Poder Legislativo:**

Wagner Henrique Vilas Boas - Vereador;

Wallyngson Bruno – Técnico Legislativo;

- **Representante do Conselho Municipal de Educação:**

Ivanilde Aparecida dos Santos Rodrigues;

- **Representantes do Conselho Municipal de Saúde:**

Célia Alves Pereira.



APRESENTAÇÃO

A elaboração da Revisão Plano Diretor de Prado Ferreira-PR marca um momento importante para o planejamento do município e seu desenvolvimento para os próximos dez anos. O **Plano Diretor** compõe um conjunto de princípios e regras orientadoras da atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, como também na oferta dos serviços públicos, visando assegurar melhores condições de vida para a população e o meio ambiente. O Plano Diretor deve ser realizado através da participação popular na busca por legitimar seus anseios e no compromisso de suas atividades junto ao poder público.

Planejar é organizar as ações a serem realizadas, e o planejamento está sempre presente em nossas vidas. Planejamos como será o nosso dia, semana, mês, ano. E o principal objetivo de nos organizarmos e de planejarmos, é priorizar aquilo que tem uma necessidade maior em ser resolvido primeiro. Portanto, o Plano Diretor é um dos principais instrumentos do Planejamento Urbano.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001) estabelece o **Plano Diretor** como instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão territorial urbana, possuindo a função de definir condições para que se cumpra a **função social da cidade e da propriedade**. Deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Poder Executivo, resultando em uma lei municipal que representa a expressão do pacto formado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo.

De acordo com o Estatuto, artigo 41 devem ter planos diretores, obrigatoriamente, cidades com mais de 20 mil habitantes e ou aquelas que:

- São integrantes de regiões metropolitanas e grandes aglomerações urbanas;
- O poder público pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 182 da Constituição Federal (parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública);
- São integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- São inseridas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito regional ou nacional.

O Governo do Estado do Paraná, através do Decreto Estadual n.º 2.581 de 17 de fevereiro de 2004 determina que, todos os municípios do Paraná deverão executar com recursos próprios ou financiar a elaboração de seus Planos Diretores – PD, para que tenham acesso aos investimentos disponibilizados pelo Governo do Estado para a execução de obras e investimentos municipais, com base na construção de um Programa de Ação e Investimentos (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implementação do processo de planejamento local durante a execução dos PD. Este decreto tornou-se a Lei Estadual n.º 15.229 em julho de 2006.

O Plano Diretor serve como instrumento orientador e articulador do Plano Plurianual – PPA, cuja duração deve estabelecer-se até o primeiro ano do mandato subsequente, fixando objetivos, diretrizes e metas para os investimentos; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo as metas e prioridades que orientarão a elaboração do orçamento anual; LOA – Lei do Orçamento Anual,



compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que o município detenha maior parte do capital social.

O plano deve ser compatível com os conteúdos constantes na Lei Orgânica do Município, nos Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná, no Plano de Desenvolvimento Regional em que o município se insere, na Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da ONU, particularmente no que refere a integração entre meio ambiente e desenvolvimento territorial.

O conteúdo do Plano Diretor engloba o território do município como um todo; observando as áreas de interesses especiais para o desenvolvimento econômico e turístico do município, as áreas urbanas e as de expansão da sede. Deverá conter o resultado das etapas que o compõem, sendo:

- Coleta de dados e levantamento de informações dos diversos setores que compõem a área urbana e a rural, bem como dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do município; análise integrada das informações obtidas, produzindo um diagnóstico da situação e permitindo a identificação das condicionantes, deficiências e potencialidades atuais do município em seus diversos aspectos;
- Diretrizes e proposições para o desenvolvimento municipal para os próximos 10 anos;
- Legislação básica;
- Plano de ação de investimentos.

Em Prado Ferreira, a presente revisão do Plano Diretor Municipal no ano de 2023 e 2024 é um momento oportuno para o delineamento de propostas que direcionem o desenvolvimento do município para os próximos dez anos.

Prado Ferreira, fevereiro de 2024.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Critérios de Macrozoneamento como proposta de Planejamento Territorial	15
Figura 1.2 - Proposta de Macrozoneamento Municipal para Prado Ferreira	16
Figura 1.3 - Limite periurbano de Prado Ferreira - PR.....	18
Figura 1.4 - Macrozoneamento Urbano da sede de Prado Ferreira	19
Figura 1.5 – Áreas verdes existentes e fundos de vale de Prado Ferreira	23
Figura 2.1 – Estrutura dos Eixos Estratégicos para o Plano Diretor Municipal de Prado Ferreira	24



LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental.....	25
Quadro 2.2 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental – Saneamento Básico	26
Quadro 2.3 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental – Resíduos Sólidos.....	27
Quadro 2.4 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social	28
Quadro 2.5 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Ocupação Territorial de Prado Ferreira	30
Quadro 2.6 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Mobilidade Urbana	32
Quadro 2.7 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Saúde	33
Quadro 2.8 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Educação.....	35
Quadro 2.9 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Assistência Social	36
Quadro 2.10 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Habitação	36
Quadro 2.11 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Cultura	37
Quadro 2.12 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Esporte e Lazer	38
Quadro 2.13 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Institucional.....	39
Quadro 4.1 – Aplicação dos instrumentos urbanísticos conforme o macrozoneamento urbano	44



SUMÁRIO – FASE II ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Consultoria.....	3
Prefeitura	4
Portaria n.º 199/2023 - Conselho Municipal da Cidade	5
Decreto n.º 36/2023 – Equipe Técnica Municipal (ETM)	6
Decreto n.º 37/2023 – Comissão de Acompanhamento	7
Apresentação.....	8
Metodologia para a Construção do Plano Diretor	13
Formulação de Diretrizes	14
1. PROPOSTAS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL	15
1.1.1. Macrozoneamento Municipal de Prado Ferreira	15
1.1.1.1. Macrozona Agropecuária.....	16
1.1.1.2. Macrozona Urbana	17
1.1.2. Macrozoneamento Urbano De Prado Ferreira	18
1.1.1.1. Macrozona Central	20
1.1.1.2. Macrozona em Consolidação.....	20
1.1.1.3. Macrozona Produtiva Industrial.....	21
1.1.1.4. Macrozona de expansão	22
1.1.1.5. Macrozona Urbana Ambiental	22
2. EIXOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA	24
2.1. Desenvolvimento Ambiental.....	25
2.2. Desenvolvimento Econômico e Social	27
2.3. Ocupação Territorial.....	30
2.4. Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos.....	32
2.5. Desenvolvimento Institucional.....	39
3. SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	42
4. APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	43



METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR

A metodologia para a elaboração da Revisão Plano Diretor Municipal de Prado Ferreira-PR foi baseada na realização da **leitura técnica** no que consiste o diagnóstico dos diferentes temas e na **leitura comunitária** através das oficinas do plano diretor e das audiências públicas para complementar tanto as análises das condições do município como para direcionar as propostas para o desenvolvimento da política municipal.

A **leitura técnica**, por se tratar da visão dos profissionais de áreas específicas, é a elaboração do diagnóstico e das diretrizes a partir de visitas técnicas de campo e de setores da administração municipal; levantamento de dados estatísticos e marcos regulatórios existentes sobre a realidade local. A síntese da interpretação da realidade apresenta de modo geral os pontos de maior destaque nos temas analisados, tendo como base a sistematização de informações a partir do **CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** com a finalidade de identificar as áreas prioritárias de ação, bem como a formulação de diretrizes e proposições. As condicionantes são os elementos físicos do ambiente urbano ou natural, planos e decisões existentes, podendo ser figuradas como características locais, e que, devem ser consideradas no planejamento territorial através da preservação, manutenção e conservação. As deficiências constituem-se como situações de dificuldades para o desempenho das funções urbanas, significando estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas, rurais e suas comunidades, sendo que sua eliminação ou recuperação implica normalmente em investimentos, gerando desta forma demandas de recuperação e melhoria. Potencialidades são elementos que possuem condições de gerar melhorias, com aproveitamento de recursos ou vantagens das características locais, podendo ser incorporados positivamente ao sistema territorial. A partir da síntese do CDP, pode-se estabelecer ações que indicam medidas necessárias frente às demandas apresentadas e posteriormente classificá-las em ordem de prioridade, em:

- Diretrizes Políticas que direcionam os aspectos legais para atendimento das ações propostas;
- Medidas técnicas que direcionam ações.

Já a **leitura comunitária** é um procedimento de participação popular para aproximar as informações da realidade municipal com o objetivo de confrontar os resultados com dados técnicos e dessa forma contribuir para a análise. A participação popular deve ser plena em qualquer situação e de todos os segmentos da sociedade, para garantir o controle social e a transparência nas decisões políticas. O contato com a comunidade pressupõe a contribuição de representantes da população, setores públicos, privados, técnicos, sindicatos, instituições de pesquisa e outros, como universidades, associações de moradores, entidades e população em geral. O caráter participativo do plano deve mobilizar a sociedade e estimular a organização dos segmentos para compor os conselhos comunitários.



FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES

Para cada área prioritária de ação – diretrizes –, são identificadas as medidas segundo grupos de demanda. Portanto, as diretrizes devem considerar as alternativas para as demandas e a ordem de grandeza das medidas, assim como a sua caracterização em termos de urgência, sua relevância para a área em questão e para estrutura global da cidade, sendo estas:

- Diretrizes políticas que direcionam a lei do Plano Diretor;
- Medidas urbanísticas que direcionam planos de ação;
- Legislação específica que direcionam as leis urbanísticas.

Medidas urbanísticas são ações desenvolvidas e priorizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Abrangência social;
- Custo de investimento e manutenção;
- Capacidade técnica de execução;
- Atendimento dos objetivos do Plano Diretor.



1. PROPOSTAS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Dentre os instrumentos de planejamento territorial, o Macrozoneamento é um dos mais importantes para os planos diretores. De acordo com Saboya (2009), ainda que esse conceito não seja novo, ganhou especial importância a partir do Estatuto da Cidade (2001) e, principalmente, a partir das discussões realizadas no Brasil afora sobre seus princípios e instrumentos. Para tanto, pode-se estabelecer critérios que sirvam de base para a configuração de cada Macrozona, sendo que o principal parâmetro é estabelecer áreas abrangentes mediante as características do território.

Figura 1.1 - Critérios de Macrozoneamento como proposta de Planejamento Territorial

MACROZONEAMENTO



ESTABELECE
Diretrizes Gerais de
Ocupação Territorial

- ÁREAS ABRANGENTES DE PLANEJAMENTO
- VOCAÇÕES URBANAS / TENDÊNCIAS DE OCUPAÇÃO
- POLARIZAÇÕES / CENTRALIDADES
- CONDIÇÕES AMBIENTAIS
- LIMITAÇÕES E BARREIRAS FÍSICAS
- DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA
- DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Fonte: ITEDES (2023).

1.1.1. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

O Macrozoneamento municipal é um instrumento de planejamento territorial que tem como base as vocações sociais e econômicas. O Macrozoneamento une as diretrizes espaciais de uso e ocupação do solo com as estratégias de políticas públicas, no intuito de orientar o processo de gestão e trazer clareza aos objetivos de cada Macrozona, como também busca viabilizar a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos. Em Prado Ferreira foram definidas as seguintes vocações territoriais:

- Macrozona Agropecuária;
- Macrozonas Urbanas.

A Figura 1.2 mostra a proposta de Macrozoneamento Municipal para Prado Ferreira.



Macrozoneamento Municipal

— Rodovias
 — Sistema Viário
 [Linha tracejada preta] Limite Municipal
 [Linha azul] Hidrografia
 [Verde claro] Vegetação
 [Verde escuro] Área de Preservação Permanente
 [Linha vermelha tracejada] Macrozoneamento Urbano
 [Amarelo] Macrozoneamento Rural

Datum: SIRGAS 2000 22S
 Sistema de Coordenadas UTM

0 1 2 4 km

Fonte: ITEDES (2023).

A Macrozona Agropecuária de Prado Ferreira compreende o território municipal. As vocações dessa Macrozona estão ligadas à agricultura e pecuária intensiva, tendo em vista o clima, a hidrografia, o relevo e a composição geológica do solo.

- Garantir o desenvolvimento econômico da agropecuária e produção agrícola;
- Promover a preservação ambiental em parceria com os produtores rurais e instituições ligadas ao desenvolvimento econômico;

- Conscientizar e promover a orientação técnica quanto à preservação de APP (Área Preservação Permanente) e Reservas Legais nas propriedades rurais do Município;
- Estabelecimento de convênio com o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Incentivar e dar apoio técnico a criação de RPPN (Reserva do Patrimônio Particular Natural);
- Gestionar junto a cooperativas agrícolas, entidades e instituições para assistência técnica aos produtores rurais;



- Gestionar junto a cooperativas agrícolas, entidades e instituições para cursos de capacitação para o manuseio de maquinários agrícolas, plantio, colheita e gestão na área rural;
- Promover melhorias e manutenção das estradas rurais para favorecer o escoamento da produção e mobilidade territorial;
- Preservar a zona rural do município para a manutenção da qualidade ambiental, fortalecimento das atividades econômicas e das funções do território rural, como a manutenção da biodiversidade e o abastecimento;
- Trabalhar em conjunto com as cooperativas do agronegócio para o desenvolvimento do potencial agrícola do município.

1.1.2. Macrozona Urbana

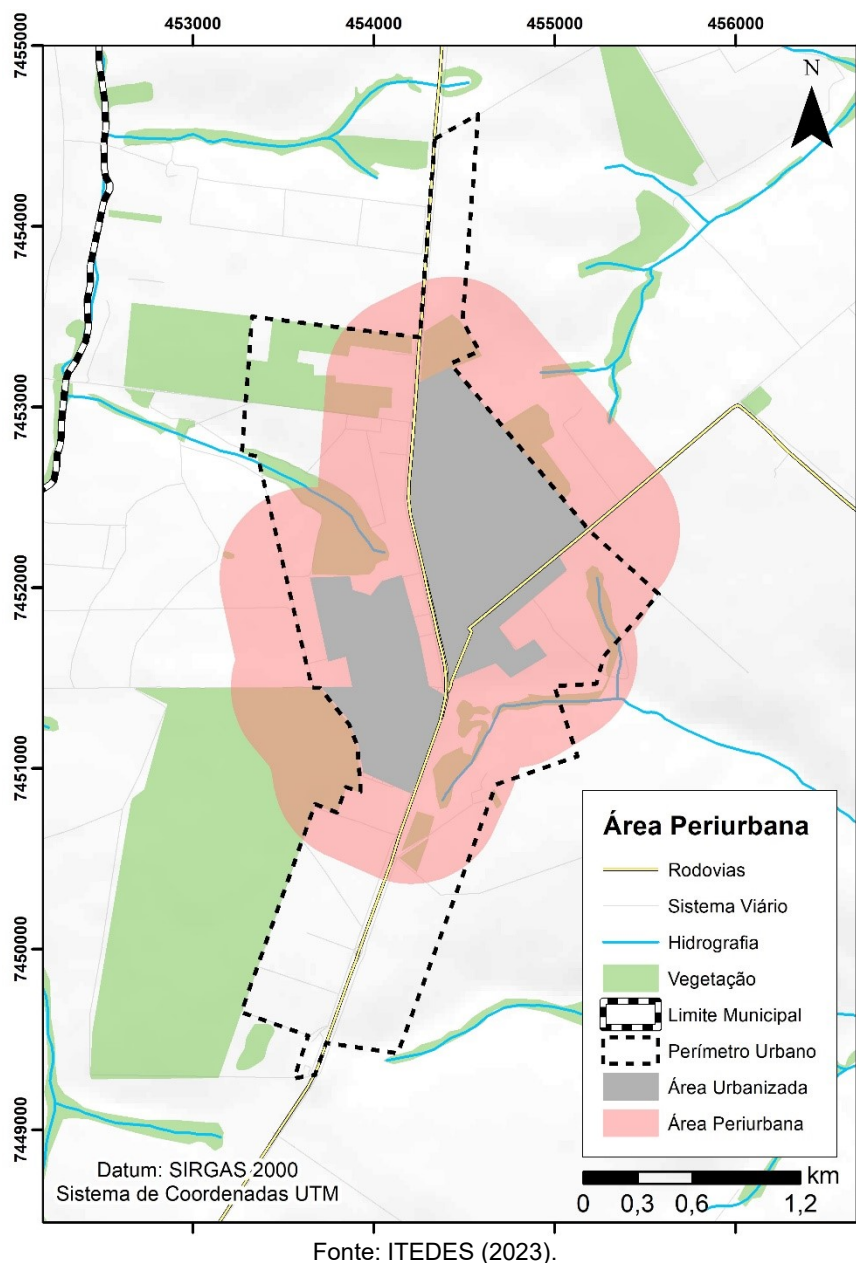
A macrozona urbana de Prado Ferreira é delimitada pela sede do município, sendo caracterizada pelo processo de urbanização com a ocupação e transformação das porções rurais e naturais do território em áreas tipicamente urbanas. O ordenamento urbano nesta macrozona deve atender às vocações locais, de forma a promover a qualificação da infraestrutura e dos equipamentos comunitários, a reestruturação de desenvolvimento urbano e a implementação da sistemática de planejamento urbano, que é definido no Macrozoneamento Urbano de Prado Ferreira.

Com o objetivo de projeção de população periurbana, a 500,00m (quinhentos metros) da área já urbanizada (Figura 1.3) deve-se seguir as seguintes diretrizes:

- proibição atividades geradoras de odores indesejados;
- proibição de atividades de alto risco ambiental e/ou alta periculosidade e/ou incompatíveis com o meio urbano.
- ficam expressamente proibidos os seguintes usos:
 - Criação de suínos e aviários (as atividades que estão dentro dessa faixa de transição tem 2 (dois) anos para adotar medidas de controle ambiental, quanto a gases (odor), tratamento de resíduos sólido e efluentes;
 - Aterros e vazadouros de resíduos;
 - Curtumes, matadouros e frigoríficos;
 - Fábricas e depósitos de explosivos, de acordo com o art. 70 do decreto 3665 de 20 de novembro de 2000, não deve estar no perímetro urbano ou em sua proximidade;
 - Fábricas e depósitos de fogos de artifício;
 - Implantação de qualquer tipo de edificação que interrompa o segmento do arruamento projetado ou existente nos limites do Perímetro Urbano que margeia.



Figura 1.3 - Limite periurbano de Prado Ferreira - PR



1. MACROZONEAMENTO URBANO DE PRADO FERREIRA

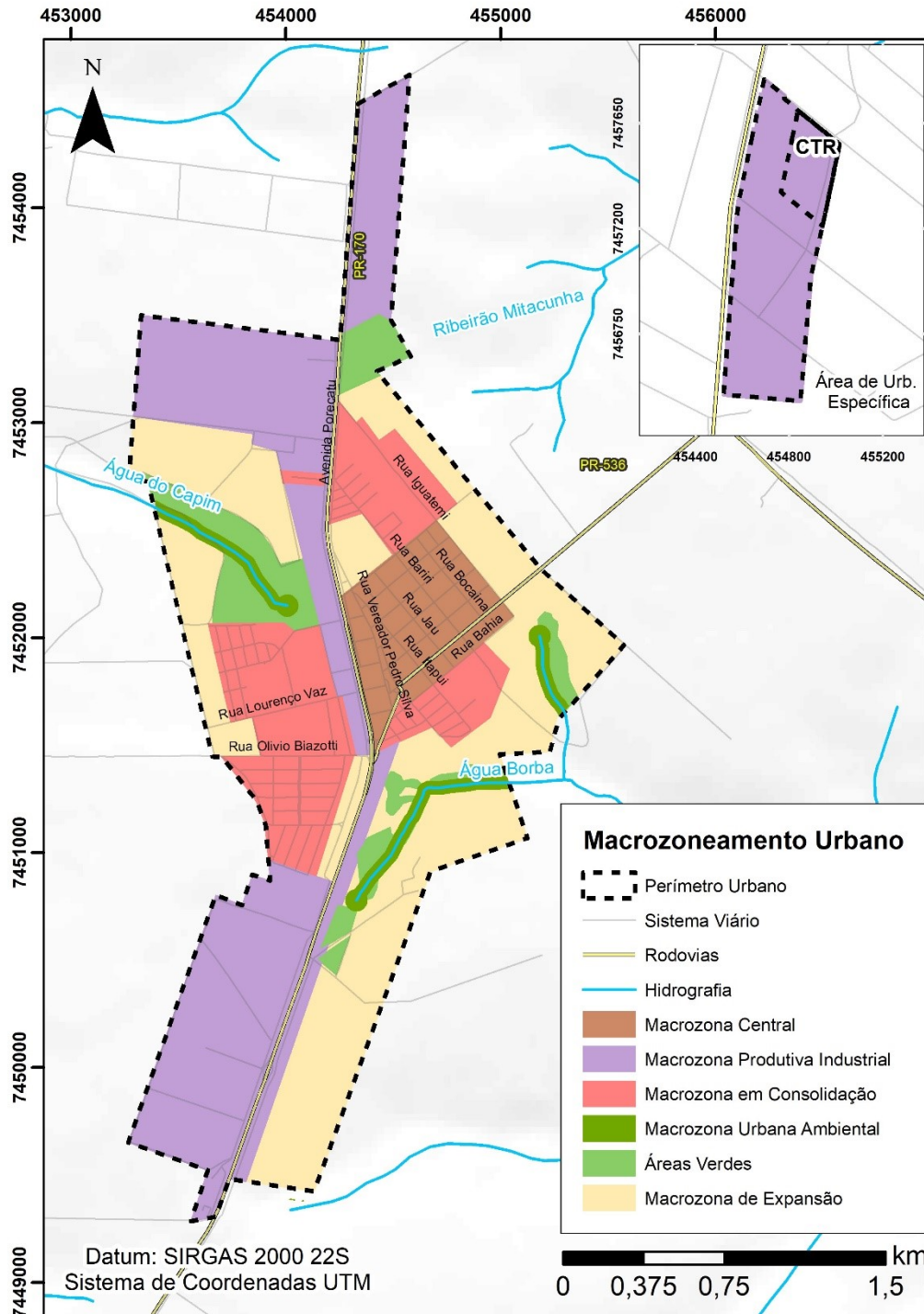
O Macrozoneamento Urbano para a cidade de Prado Ferreira (Figura 1.4) é de grande importância para o planejamento territorial em razão da otimização de infraestrutura, melhorias urbanas, qualidade de vida, preservação e consciência ambiental, além da aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos. Para a cidade de Prado Ferreira foram definidas as seguintes áreas com vocações territoriais:

- Macrozona Central;
- Macrozona em Consolidação;
- Macrozona Produtiva Industrial;



- Macrozona Urbana Ambiental;
- Macrozona de Expansão.

Figura 1.4 - Macrozoneamento Urbano da sede de Prado Ferreira



Fonte: ITEDES (2024).



1.1.1. MACROZONA CENTRAL

A Macrozona Central concentra a maioria dos equipamentos públicos do município, infraestrutura de saneamento básico, ofertas de emprego, comércios e serviços.

Têm-se como objetivos da **Macrozona Central**:

- Fortalecer a característica atual do centro, de atividades de comércio e serviço, público e privado, bem como seu adensamento populacional.

As diretrizes políticas e medidas urbanísticas para Macrozona Central são:

- Promover a localização do comércio e serviço principal da cidade.
- Consolidar áreas não ocupadas e servidas por infraestrutura, equipamentos sociais e serviços públicos;
- Concentrar atividades incômodas e noturnas nesta macrozona.
- Possibilitar atividades que permaneçam abertas 24h.

1.1.2. MACROZONA EM CONSOLIDAÇÃO

A **Macrozona em Consolidação** na cidade de Prado Ferreira corresponde às áreas com ocupação mais efetiva e aquelas em processo de urbanização, sendo que ambas possuem características semelhantes quanto à presença e tendências para áreas residenciais unifamiliares horizontais e conjuntos habitacionais.

Têm-se como objetivos da **Macrozona em Consolidação**:

- Manter as características de ocupação dos bairros;
- Diversificar o uso do solo, a fim de gerar parcelamentos e ocupações com fachadas ativas, ou seja, voltadas para as vias públicas, no intuito de manter a segurança da localidade;
- Otimizar os equipamentos sociais e infraestrutura de acordo com a densidade populacional definida;
- Recuperar, manter e preservar as áreas verdes, a fim de dar melhores condições de permeabilidade do espaço construído;
- Otimizar a faixa de amortecimento dos fundos de vale com equipamentos esportivos e de lazer, a fim de constituir vias parques.

As **diretrizes políticas e medidas urbanísticas** para Macrozona Consolidação são:

- Promover o incremento de adensamento populacional, consolidando áreas não ocupadas. Nas áreas próximas aos divisores de água e servidas por infraestrutura, equipamentos sociais e serviços públicos;
- Estimular as centralidades de bairro com a ocupação de usos mistos com o intuito de criar áreas de referência e segurança para a população;
- Melhorar os equipamentos de drenagem, fiscalização do esgotamento sanitário e serviços urbanos de coleta resíduos sólidos e recicláveis;
- Exigir o cumprimento das diretrizes viárias, saneamento básico e áreas públicas estabelecidas pelo Plano Diretor para as localidades da Macrozona.



1.1.3. MACROZONA PRODUTIVA INDUSTRIAL

Concentra as atividades de transformação (indústrias) e de comércio regional, como também funciona como polo gerador de tráfego e ruídos, devendo ser observadas as bacias hidrográficas e o potencial de impacto ambiental, de acordo com as macrozonas de interesse ambiental. Foram elencadas duas regiões de produção industrial na cidade de Prado Ferreira, sendo estas:

- Região Norte – Médio impacto: localizada na porção norte da cidade, próximo à Rodovia PR-170, devendo ser observados os níveis de impacto moderado e proximidade com a área de preservação permanente dos cursos hídricos.
- Região Sul – Alto impacto: localizada na porção sul da cidade de Prado Ferreira, com acesso pela Rodovia PR-170.

A **Macrozona Produtiva Industrial** está localizada no principal eixo viário de Prado Ferreira.

São **objetivos** específicos para estas áreas:

- Na porção norte é admissível a instalação de indústrias grandes e comércio regional de leve a baixo fator de poluição do ar;
- A instalação de indústrias potencial médio a alto, de poluição deve ser preferencialmente no sentido sul.

As **diretrizes políticas e medidas urbanísticas** para a Macrozona Produtiva Industrial são:

- Áreas públicas serão destinadas para cortina verdes;
- Permitir novos parcelamentos do solo a partir da expansão contínua da infraestrutura, sendo admissível a descontinuidade desde que o proponente faça as conexões viárias pavimentadas com as áreas já urbanizadas;

São diretrizes políticas e medidas urbanísticas específicas para a Macrozona Produtiva Industrial da Região Norte:

- Parcelamento em grandes lotes;
- Manter as vias marginais, para a movimentação dos grandes veículos;
- Infraestrutura para atender atividades de grande porte;
- Para a renovação de alvará, as indústrias existentes, devem fazer TAC com possíveis ações mitigadoras;
- Deverá ser seguidas as normas ambientais do IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

São diretrizes políticas e medidas urbanísticas específicas para a Macrozona Produtiva Industrial da Região Sul:

- Criação de faixa de amortecimento com as áreas residenciais;
- Criar os acessos das indústrias através de vias marginais da rodovia PR-467 e Contorno Oeste;
- Promover medidas mediadoras para reduzir os impactos ambientais;
- Deverá ser seguidas as normas ambientais do IAP (Instituto Ambiental do Paraná).



1.1.4. MACROZONA DE EXPANSÃO

É o vetor de crescimento da cidade de Prado Ferreira, localizada nas porções sudeste e norte, devendo ser preferencialmente para atividades residencial e de comércio locais e vicinais.

Têm-se os seguintes objetivos da Macrozona de Expansão Urbana:

- Atender a demanda dos vetores de crescimento;
- Cumprir a legislação federal quanto a localização de praças e equipamentos comunitários;
- Fazer a gestão de fundos de vale e córregos existentes;
- Qualificar a infraestrutura e equipamentos sociais em locais já ocupados, possibilitando sua conexão com o tecido urbano;
- Fazer o correto parcelamento e implementação de uso e ocupação do solo, de acordo com a capacidade ambiental.

As diretrizes políticas e medidas urbanísticas para a Macrozona de Expansão Urbana são:

- Permitir novos parcelamentos do solo a partir da expansão contínua da infraestrutura, não sendo admissível a descontinuidade mesmo que o proponente faça as conexões viárias pavimentadas com as áreas já urbanizadas;
- Dar continuidade do sistema viário principal e seguir as diretrizes viárias;
- Criar via parque adjacente as áreas de preservação permanente – APP;
- Seguir as diretrizes do zoneamento;

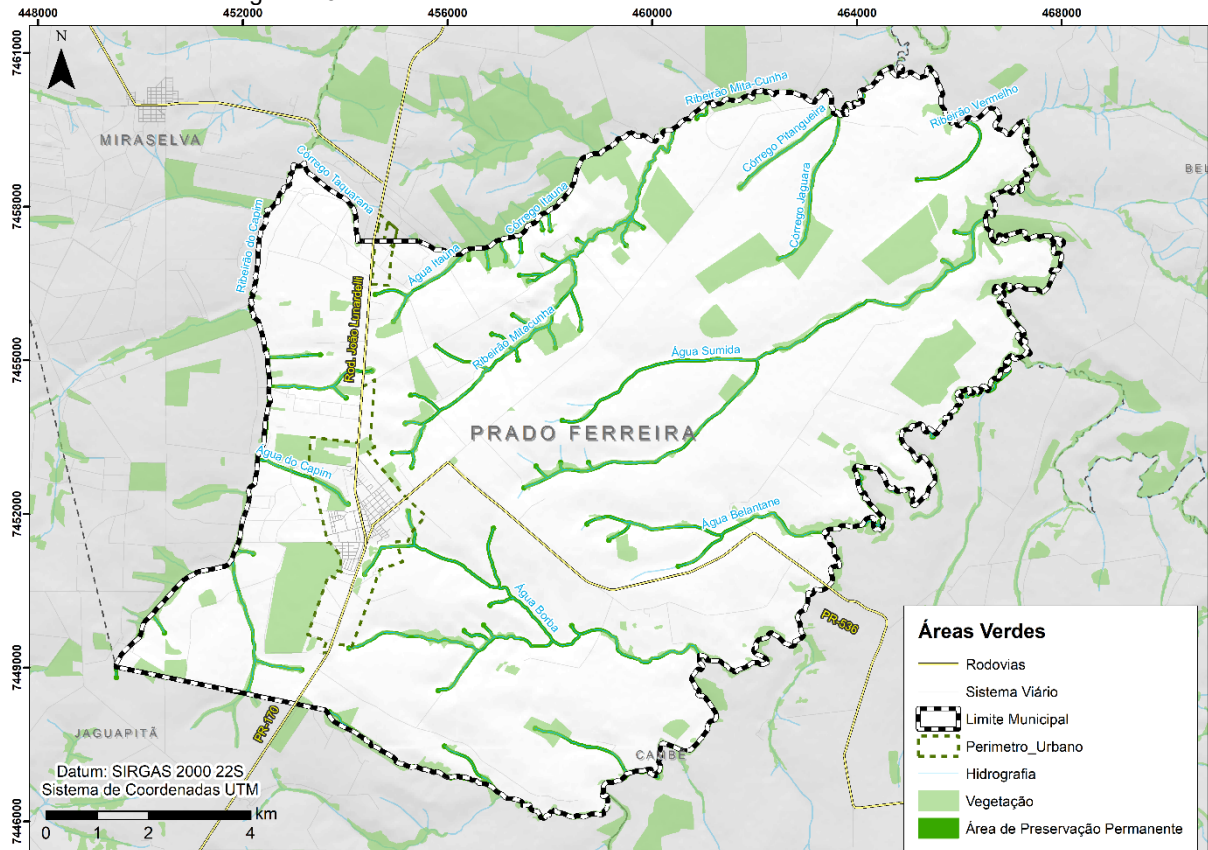
1.1.5. Macrozona Urbana Ambiental

A Macrozona Urbana Ambiental está diretamente relacionada à preservação e proteção do meio ambiente nas áreas urbanas de Prado Ferreira, o que corresponde às matas inseridas nas cidades e áreas de fundo de vale, estas compostas pela APP (Área de Preservação Permanente) e a Faixa de amortecimento. A APP dos cursos hídricos no perímetro urbano deve atender o mínimo de 30,00m (trinta metros) para cada lado da margem, e 50,00m (cinquenta metros) de raio nas áreas de nascentes, de acordo com a Lei Federal n.º 12.651/ 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga o Código Florestal Brasileiro de 1965. Dentro da APP, o espaço é considerado uma área não edificável e de preservação.

O funcionamento e monitoramento destas unidades de interesse ambiental devem obedecer a recomendações de órgãos como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Já para a Faixa de Drenagem recomenda-se menor concentração de espécies arbóreas, sendo possível integrar essa área com atividades de lazer, mantendo praticamente a totalidade de permeabilidade do solo. Ainda, nos fundos de vale, somando a APP propõe-se a via parque onde está localizada a **faixa de amortecimento**, determinada na Lei do Sistema Viário.



Figura 1.5 – Áreas verdes existentes e fundos de vale de Prado Ferreira



Fonte: ITEDES (2024).

Têm-se como **objetivo** para a Macrozona Urbana Ambiental:

- As áreas de APP e mata provenientes de Reserva Legal são entendidas como Macrozona Urbana Ambiental por razões de medidas protetivas.

As diretrizes políticas e medidas urbanísticas para Macrozona Urbana Ambiental são:

- Criação da Área de Preservação Permanente segundo o novo Código Florestal (Lei Federal n.º 12.651/ 2012)
- Estabelecer a faixa de amortecimento com a criação de parques e áreas verdes, com objetivo de função drenante das águas pluviais, com integração de atividades de recreação e lazer de parque urbano;
- Implantar bacias de acumulação e amortecimento em pontos estratégicos para auxiliar na drenagem urbana e amenizar os impactos das águas pluviais;
- Controle da erosão e efluentes sanitários e industriais;
- Desenvolver projetos de educação ambiental em parceria com setores públicos e sociedade civil organizada.



2. EIXOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Dentre as etapas que constituem a elaboração do Plano Diretor de Prado Ferreira, as diretrizes e proposições são intrínsecas ao desenvolvimento municipal. A discussão do planejamento municipal abrange toda área compreendida pelo território de Prado Ferreira, com indicativos para o desenvolvimento socioeconômico, socioespacial, ambiental e físico-territorial. O Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/2001 estabelece que cada município faça seus direcionamentos para os próximos dez anos, como também, induz o poder executivo a uma sistemática de planejamento através da implementação do Plano Diretor, acompanhamento do Conselho Municipal, monitoramento periódico e avaliações dos resultados.

A elaboração do Plano Diretor Municipal tem como base de estudos a interpretação da realidade, denominada Análise Temática Integrada, seguida dos Eixos Estratégicos, que são propostas estruturantes, que fundamentam diretrizes, políticas e medidas urbanísticas. Os Eixos Estratégicos correspondem às propostas abrangentes para o município, contendo em cada tema os desdobramentos específicos que indicam melhorias urbanas, socioeconômicas e ambientais.

Figura 2.1 – Estrutura dos Eixos Estratégicos para o Plano Diretor Municipal de Prado Ferreira



Para Prado Ferreira os Eixos Estratégicos são:

- I. Desenvolvimento Ambiental;
- II. Desenvolvimento Econômico e Social;
- III. Ocupação Territorial;
- IV. Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- V. Desenvolvimento Institucional.

O estabelecimento de prazos (curto, médio e longo) para as propostas dos eixos estratégicos está embasada em sua abrangência social e seu efeito multiplicador nos diferentes segmentos que compõem a política de desenvolvimento do Plano Diretor, com o objetivo de melhor aproveitamento dos investimentos e aumento da produtividade nos serviços públicos, resultando na melhoria dos indicadores sociais e econômicos. Geralmente, as propostas formam um conjunto, sendo que uma complementa a outra, sendo definidas através de discussões com a equipe técnica municipal, nas audiências públicas com a população, consultas aos setores públicos e conselhos municipais. Os critérios que influenciam na determinação dos prazos estão relacionados a: solicitação da população,



recursos disponíveis, capacidade institucional de gestão, abrangência das propostas e a qualidade ambiental a ser alcançada.

Na sequência tem-se a apresentação dos Eixos Estratégicos definidos por meio de estudos e análises realizadas na interpretação da realidade e nos processos de participação popular.

2.1. DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Para se alcançar o desenvolvimento ambiental, a proposta é estabelecer uma plataforma sustentável baseada na capacidade física do território, estando relacionada, principalmente no caso de Prado Ferreira, à hidrologia e às condições do relevo em partes do município. Propõe-se o equilíbrio entre as diferentes atividades, a fim de reduzir a interferência ao desenvolvimento ambiental, sendo estas: produção agrícola; captação e abastecimento de água; proteção das fontes corpos hídricos, evitando processos erosivos e de assoreamento.

As diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental do Plano Diretor de Prado Ferreira são:

- Preservação e manutenção dos recursos hídricos do município;
- Melhorias de saneamento básico e qualidade ambiental;
- Promover e dar apoio às ações de educação ambiental no município;
- Melhorias de gerenciamento de resíduos sólidos.

Na sequência, tem-se a apresentação das propostas municipais e medidas urbanísticas para cada uma das diretrizes políticas do Eixo Estratégico Desenvolvimento Ambiental.

Quadro 2.1 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Preservação e manutenção dos recursos hídricos do Município	Elaborar estudo técnico sobre potencial de extração de cascalho no município, e licenciar pedreiras, devido à grande demanda para manutenção de estradas rurais	Médio / longo prazo
	Elaborar plano e adquirir um local adequado para destinação final dos resíduos de construção civil (RCC)	Médio prazo
	Reestruturação da cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com incentivo a melhoria dos equipamentos de beneficiamento, e gerenciamento do material reciclável	Médio prazo
	Aplicar e atualizar as propostas previstas no Plano de Arborização Urbana (PMAU)	Médio/Longo prazo
	Elaborar o Plano de drenagem urbana, com indicação de pontos críticos e elaboração de projetos em acordo ao Plano de Saneamento Básico.	Longo prazo
	Promover ações do uso racional da água.	Médio / Longo Prazo
	Constituir estrutura de fiscalização e controle ambiental no Município, identificar áreas degradadas, avaliar responsabilidades e impor as penalidades de competência do Município	Longo prazo



Incentivo à implantação de cisternas ou outras tecnologias de reuso de água em instituições de ensino (público e privado) aliado à educação ambiental.

Longo Prazo

Fonte: ITEDES (2023).

O objetivo de melhorias em Saneamento Básico deve estender/ ampliar a rede de infraestrutura de esgotamento sanitário para atender a população das áreas urbanas e rurais, mediante soluções específicas. Além disso, deve-se atentar à drenagem, a fim de se evitar processos erosivos.

Quadro 2.2 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental – Saneamento Básico

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Melhorias de saneamento básico e qualidade ambiental	Garantir a qualidade e disponibilidade de captação superficial e de profundidade das bacias hidrográficas indicadas pelo Estudo Hidrogeológico para abastecimento público de água	Longo prazo
	Construção de mais um poço artesiano	Médio prazo
	Construção de um reservatório para o atender o Conjunto Habitacional Maragogipe	Médio prazo
Promover e dar apoio às ações de educação ambiental no Município	Desenvolver material didático sobre boas práticas ambientais, como orientação e melhoria da qualidade de vida e o uso da água	Médio prazo
	Parceria entre setores públicos, entidades e sociedade civil organizada para promover ações de educação ambiental	Longo prazo
	Parceria entre setores públicos e população na fiscalização de questões ambientais	Médio prazo

Fonte: ITEDES (2023).



Quadro 2.3 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Ambiental – Resíduos Sólidos

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Melhorias de gerenciamento de resíduos sólidos	Tratar adequadamente os resíduos sólidos urbanos buscando atender aos princípios do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Longo prazo
	Promover a coleta de resíduos sólidos nas áreas rurais, ou mutirão de coleta semanal em pontos estratégicos em área rural	Longo prazo
	Criar Ecopontos nas Macrozonas Urbanas do Município e, em conjunto, realizar ações de educação ambiental;	Longo prazo
	Melhorias da infraestrutura do aterro, para melhorar a operação, e criação de dados para serem utilizados no aterro atual ou futuro.	Médio Prazo
	Otimizar a gestão dos resíduos sólidos que chegam ao aterro sanitário, através de projetos compatíveis com porte do aterro, por exemplo, compostagem, geração de energia ou outras tecnologias e práticas, que visem melhorar a vida útil do aterro municipal.	Longo Prazo
	Elaborar ações de educação ambiental nas escolas, com temas sobre saneamento, cuidados com resíduos sólidos, uso adequado da água, preservação ambiental, biodiversidade, drenagem urbana, entre outros.	Longo Prazo
	Revisão e aplicação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com incentivos a compostagem, horta municipal, moedas verdes etc.	Médio Prazo
	Fomentar a Logística Reversa no município	Médio prazo

Fonte: ITEDES (2023).

2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

As propostas para o eixo de Desenvolvimento Econômico e Social buscam a contínua melhoria do bem estar da população e o incremento da produção nos três setores da econômica municipal: primário (agrícola e pecuária), secundário (industrial) e terciário (comércio e serviços), o atendimento às demandas apontadas, o fortalecimento dos setores produtivos, a distribuição de empregos e os potenciais sociais e culturais do município de Prado Ferreira.

Dentre os setores que contribuem para a economia municipal, serviços e agricultura são os que representam maior participação na geração de riquezas. A produção do setor primário – agricultura e pecuária têm participação significativa, com destaque para a presença de cooperativas agrícolas. Ainda, a agricultura familiar e empresas familiares são predominantes no município.

As diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Plano Diretor de Prado Ferreira são:

- Fortalecimento da economia local;
- Fortalecimento das áreas industriais.



- Otimizar a aplicação de recursos para a área rural do Município;
- Desenvolvimento das atividades culturais e turísticas;

Na sequência, tem-se a apresentação das propostas municipais e medidas urbanísticas para cada uma das diretrizes políticas do Eixo Estratégico Desenvolvimento Econômico e Social.

Quadro 2.4 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Fortalecimento da economia local	Incentivar a formação e consolidação de Arranjos Produtivos Locais através de cursos técnicos e suporte institucional	Médio/Longo prazo
	Resgatar a Associação Comercial do Município, como forma de integração, mobilização e organização da comunidade empresarial.	Curto prazo
	Desenvolver o setor agrícola, incentivo à agricultura, agricultura familiar em pequenas propriedades, com apoio ao cooperativismo, à apicultura, à piscicultura, à horticultura, à bovinocultura de leite, à suinocultura, à sericicultura e à agroecologia e outros	Longo prazo
	Desenvolver o setor industrial, mediante o fomento à ampliação das indústrias existentes e à atração de novas indústrias compatíveis com as potencialidades locais	Curto prazo
	Desenvolver o setor de comércio e serviços, mediante a diversificação para atração de consumidores dos Municípios vizinhos, e a especialização voltada ao agronegócio	médio prazo
	Desenvolver e apoiar mecanismos e instrumentos de assistência técnica e de capacitação dos micros e pequenos empreendedores para a gestão e para o uso de ferramentas de administração e de negócios, em parceria com instituições de ensino, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Curto prazo
	Realizar parceria com instituições de ensino e setores de tecnologia para desenvolver e apoiar no Município a produção de energias renováveis: solar, biogás e outros	Longo prazo
	Diminuir a informalidade, mediante incentivo à regularização das atividades econômicas	Curto prazo
	Realizar parcerias com instituições para ofertar cursos profissionalizantes compatíveis com a vocação regional	médio/longo prazo
	Elevar a participação industrial no PIB de Prado Ferreira, agregando, preferencialmente, indústrias de base tecnológicas e estratégicas;	Longo prazo
	Promover o desenvolvimento de cadeias produtivas;	Longo prazo
	Promover o desenvolvimento tecnológico voltados à inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável;	Curto prazo
	Fomentar os pequenos negócios, criando políticas e estratégias locais, em sintonia com políticas e estratégias do Estado e do País, como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico;	Curto prazo
	Promover a difusão e produção do conhecimento tecnológico;	Curto prazo
	Criar oportunidades de trabalho e renda, visando a inclusão econômica;	longo prazo
	Promover a Inclusão social e a distribuição de renda;	longo prazo
	Garantir a vinculação entre o desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e demais políticas públicas;	Longo prazo



	Consolidar setores econômicos a partir do fortalecimento de micro e pequenas empresas, provendo a inclusão destas nas cadeias produtivas do município;	médio prazo
	Criar mecanismos de apoio ao desenvolvimento de atividades complementares das cadeias produtivas do Município;	Longo prazo
	Fortalecer e desenvolver linhas de pesquisa, dando ênfase as áreas ligadas as cadeias produtivas do Município;	Longo prazo
	Fomentar e facilitar a formalização do trabalho;	Curto prazo
	Vincular as ações para desenvolvimento econômico com a geração de trabalho e renda;	médio prazo
	Priorizar a absorção de mão de obra local e regional;	Curto prazo
	Implantar a cultura empreendedora em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior);	Médio prazo
	Conceber programas de empreendedorismo (Programas: Município empreendedor, inovação e negócios, cidadão empreendedor, jovem empreendedor, empreender na cidade, geração de renda para a agricultura familiar, etc.);	Longo prazo
	Estimular o aumento do valor agregado da produção;	Médio/Longo prazo
	Estimular o surgimento ou o fortalecimento de lideranças empresariais locais;	Curto prazo
	Ampliar e estimular o número de empresas abertas e formalizadas;	Curto prazo
	Incentivar e fomentar a participação das micro e pequenas empresas do Município nas compras governamentais;	Curto prazo
Fortalecimento das áreas industriais	Desenvolver e consolidar os Parques Industrial;	Médio/Longo prazo
	Implementar uma incubadora de empresas com subsídio do Poder Público para fomentar e impulsionar iniciativas empreendedoras locais	Médio/Longo prazo
	Promover investimentos complementares, que assegurem a efetiva integração, entre as atividades agropecuária e industrial, desenvolvendo, de forma equilibrada, a capacidade de produção desses setores;	Longo prazo
	Incentivar e valorizar os produtos e empreendimento locais, estimulando o surgimento de novos empresários;	Curto prazo
	Desenvolver ações conjuntas com órgãos e entidades públicas e privadas, visando atrair novos empreendimentos empresariais, capazes de gerar empregos e promover o desenvolvimento do Município;	Médio/Longo prazo
Desenvolvimento das atividades culturais e turísticas	Elaborar o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico Municipal, em consonância com os planos regionais existentes.	médio prazo
	Implantar programas para promover, fomentar e divulgar o turismo local e regional;	médio prazo
	Implantar infraestrutura adequada de apoio às atividades turísticas;	Longo prazo
	Preservar pontos, paisagens e riquezas turísticas;	Médio prazo
	Incentivar o artesanato local e sua comercialização, possibilitando apropriação de renda aos produtores locais;	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)



2.3. OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação do espaço urbano e todas as infraestruturas municipais são consideradas essenciais para a promoção da qualidade de vida da população. O ordenamento do território é regido pelo macrozoneamento municipal que distingue as áreas urbanas da área rural. O macrozoneamento municipal como diretriz de ordenamento estabelece as áreas urbanas, as áreas de vocação do setor primário: agrícola e pecuária e a área de preservação. O macrozoneamento das áreas urbanas da sede de Prado Ferreira deve promover a descentralização das oportunidades geradas pela urbanização e pelas ações de transformação do território, evitando que as zonas se caracterizem por uso excessivamente restrito. Além do macrozoneamento, outras diretrizes estão inseridas na estruturação territorial como: interligação das áreas urbanas municipais, vetor de crescimento, impactos da urbanização, perímetro urbano, parcelamento do solo urbano, hierarquização viária e a instituição do código de obras e posturas. As conexões realizadas por vias municipais, como as estradas principais, secundárias e as linhas devem promover a mobilidade pública seja para finalidades de estudos, saúde, atividades comerciais e escoamento da produção.

As diretrizes políticas do Eixo Estratégico Ocupação Territorial do Plano Diretor de Prado Ferreira são:

- Cumprimento do acesso e função social da propriedade prevista no Estatuto da Cidade;
- Promover a ocupação ordenada do território municipal;
- Promover o acesso à terra urbanizada e a regularização fundiária;
- Garantir o desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer a macroestrutura viária como diretriz de estruturação e expansão urbanas.

Quadro 2.5 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Ocupação Territorial de Prado Ferreira

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Cumprimento do acesso e Função Social da propriedade e da cidade prevista no Estatuto da Cidade	Aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade para assegurar a ampliação de direitos à cidade	Médio prazo
	Aplicar instrumentos urbanísticos específicos que funcionem como agentes indutores e promotores do processo de desenvolvimento social e espacial mais equilibrados, considerando as tendências de ocupação urbana do Município	Médio prazo
	Parceria com o Ministério Público para garantir o cumprimento dos direitos e deveres da população através da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade	Longo prazo
	Fazer cumprir os parâmetros urbanísticos e diretrizes espaciais no processo de parcelamento do solo, de acordo com as legislações municipal e federal	Curto prazo
	Divulgar amplamente a legislação urbanística junto aos agentes públicos, setores empresariais e sociedade civil organizada	Curto prazo
Promover a ocupação ordenada do território municipal	Aumentar a integração do Município de Prado Ferreira com os Municípios da região e com os demais entes federativos, no planejamento territorial e ambiental e na execução de programas e ações, de infraestrutura e serviços públicos, em nível intermunicipal	Curto prazo



	Estabelecer convênio com os cartórios de registro de imóveis a fim de ampliar a fiscalização da Prefeitura Municipal e evitar que sejam implantados loteamentos urbanos na área rural, em áreas não permitidas e que geram demandas por infraestrutura e serviços urbanos	Curto Prazo
	Ordenar e orientar a ocupação e uso do solo futuros no território municipal, de modo a garantir a qualidade socioambiental	Curto prazo
	Implantar áreas industriais previstas, visando promover o desenvolvimento e a expansão do setor industrial, em consonância com a diretriz dos aspectos econômicos, em áreas com compatibilidade de usos e adequabilidade ambiental e logística	Curto prazo
	Desenvolver e consolidar os centros de bairros com a dinamização de serviços, equipamentos e infraestrutura, equilibrando as áreas mais afastadas do centro	Curto prazo
	Reforçar o controle e a fiscalização do parcelamento do solo urbano e aplicar as penalidades cabíveis	Curto prazo
	Criação de Departamento de Planejamento e Urbanismo acompanhamento da aplicação do Plano Diretor, criando dados a serem reportados anualmente as secretarias, prefeito e conselhos pertinentes.	Curto prazo
	Atualização de mapas e ortofotos a cada dois anos para atualização de cadastros.	Médio prazo
	Cadastramento das vias rurais e propriedades para atualização dos mapas de uso no acesso e planejamento estratégico.	Longo prazo
	Unificação e transparência dos dados e estatísticas municipais e planos existentes em plataforma acessível e amigável.	Médio prazo
	Desenvolvimento de plataformas de aprovação digital dos processos municipais, priorizando alvarás de construção e parcelamento do solo.	Médio prazo
	Digitalização e sistematização dos arquivos físicos municipais.	Médio prazo
	Treinamento dos servidores municipais ao uso de Sistema de Informação Geográfica - SIG	Médio prazo
	Estudo da ocupação mínima dos lotes como requisito para novos loteamentos a ser elaborado em conjunto pelo executivo municipal, legislativo municipal, Conselho do Plano Diretor.	Médio prazo
	Capacitação dos servidores para aquisição de competência no acompanhamento e aplicação do PDM, nas suas áreas de atuação, dos princípios da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.	Longo prazo
Garantir o desenvolvimento sustentável	Capacitação de servidores públicos para o desenvolvimento de programas de práticas sustentáveis no Município;	Longo prazo
	Estabelecer parceria com os setores econômicos e população na elaboração de políticas públicas ligadas à educação na busca por redução de impactos ambientais.	Curto prazo
Promover o acesso à terra urbanizada e a regularização fundiária	Aplicar/Elaborar as diretrizes previstas no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social	Médio prazo
	Universalizar o acesso à moradia digna e democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado de imóveis, segundo os preceitos do Estatuto da Cidade	Médio prazo



	Promover mecanismos, orientações e programas de regularização fundiária no Município com abrangência na área urbana e área rural	Curto prazo
Estabelecer a estrutura viária como diretriz de ocupação e expansão urbana	Exigir dos futuros loteamentos a construção das diretrizes viárias, principalmente a macroestrutura de vias arteriais estruturais dentro do perímetro urbano de Prado Ferreira e doação de áreas públicas	Curto prazo
	Implantar os parques lineares previstos em projeto nas áreas adjacentes de APPs – ao longo de cursos hídricos e nascentes	Curto prazo
	Gerir recursos junto aos governos Estadual e Federal para construção de projetos de conexão viária	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)

2.4. DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

O eixo abrange os tópicos relacionados à infraestrutura da cidade como pavimentação, condição das calçadas, acessibilidade universal que são considerados essenciais para a mobilidade pública. Abrange ainda a condição dos equipamentos e projetos nas áreas da mobilidade, saúde, educação, assistência social, segurança pública, esporte e lazer. O desenvolvimento social está relacionado à qualidade de vida da população e também no atendimento de serviços públicos prestados.

Mobilidade Urbana

A demanda por infraestrutura está relacionada às medidas urbanísticas, como a necessidade de pavimentação para veículos e ciclistas, como também a acessibilidade universal para calçadas, espaços e edifícios públicos. Caminhar pelas cidades é um direito de todos que pode ser garantido através da implantação de calçadas acessíveis a idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.

Já as diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos do Plano Diretor de Prado Ferreira quanto à mobilidade urbana são:

- Melhorias na infraestrutura das vias das áreas urbanas e área rural;
- Ampliar a mobilidade urbana;

Na sequência, tem-se a apresentação das propostas municipais e medidas urbanísticas para cada uma das diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos de Mobilidade Urbana.

Quadro 2.6 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Mobilidade Urbana

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Melhorias na infraestrutura das vias das áreas urbanas	Executar projeto de pavimentação das vias urbanas não pavimentadas com recapeamento e material adequado.	Longo prazo
	Aquisição de maquinários para manutenção das vias e estradas	Longo prazo



Executar projeto de adequação das calçadas com faixas de serviço e passeio para promover a acessibilidade universal conforme NBR 9050/2015	Médio prazo
Apoiar e revisar um sistema de transporte coletivo que possibilite maior capacidade de mobilidade de forma adequada, eficiente e econômica para a população municipal	Curto prazo
Implantar passarela sobre a PR-170, de forma a gerar segurança na transposição da rodovia.	Longo prazo
Implantar ciclovias prevendo uma ligação entre as duas partes da cidade cortadas pela rodovia, com a ciclovia passando pela futura trincheira.	Médio prazo
Implantar dispositivos de estacionamento de bicicletas em locais próprios.	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Saúde

A saúde pública municipal refere-se ao atendimento da demanda populacional como também o desenvolvimento de programas e projetos de abrangência municipal em parceria com os governos Estadual e Federal, visando à melhoria da qualidade de vida. O atendimento está relacionado às condições físicas dos equipamentos de saúde que requerem manutenção periódica e garantia de acessibilidade universal. Para melhoria dos serviços, deve ser implantado um sistema de manutenção e conservação do patrimônio público para todos os equipamentos sociais. Além da manutenção, as novas construções de saúde devem ser localizadas de acordo com a área de demanda, abrangência e densidade ocupada nos bairros.

Os objetivos do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Saúde são:

- Planejamento na área de saúde;
- Garantir o atendimento de todas as áreas da saúde;
- Prover infraestrutura adequada às equipes de saúde para desempenho de suas ações.

Na sequência, tem-se a apresentação das propostas municipais e medidas urbanísticas para cada uma das diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Saúde.

Quadro 2.7 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Saúde

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Planejamento na área de Saúde	Garantir o desenvolvimento do Sistema Municipal de Saúde de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, implementando um modelo de atenção que priorize as ações de vigilância à saúde, de preservação do meio ambiente, de melhoria das condições sanitárias, de promoção da saúde e de humanização do atendimento	Curto prazo
	Fortalecer a regionalização dos serviços de saúde e estabelecer como critério para o planejamento e programação das ações de saúde o perfil epidemiológico da população	Curto prazo



	Reforçar em toda a rede de unidades a atenção básica à saúde, utilizando-se especialmente da estratégia do Programa de Saúde da Família - PSF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	Curto/ médio prazo
	Fortalecer a integração regional como forma de suprir as necessidades de leitos hospitalares e de atendimento especializado e emergencial, garantindo integralidade e igualdade de acesso a toda a população	Longo prazo
	Participar de consórcios administrativos intermunicipais	Curto prazo
	Celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução	Curto prazo
	Normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no âmbito de atuação	Curto prazo
	Participar do planejamento, programa e organização da rede regionalizada e hierarquizada do sistema único de saúde - SUS em articulação com sua direção estadual	Curto prazo
Garantir o atendimento de todas as áreas da saúde	Fortalecer a rede de atenção materno infantil objetivando reduzir os óbitos infantis e a mortalidade materna.	Curto prazo
	Ampliar a cobertura populacional por estratégia de saúde da família fortalecendo a atenção básica e promovendo a educação em saúde.	Médio prazo
	Fortalecimento da vigilância em saúde executando serviços de vigilância epidemiológica; de vigilância sanitária; de alimento e nutrição; e de saúde do trabalhador.	Curto prazo
	Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool e outras drogas	Curto prazo
	Fortalecimento e garantia da manutenção da assistência farmacêutica no âmbito do SUS	Curto prazo
	Planejamento de ações de promoção da saúde, favorecendo a construção de espaços de produção social saudável, em vista aos direitos humanos.	Curto prazo
Prover infraestrutura adequada às Equipes de Saúde para desempenho de suas ações	Fortalecer a participação e controle social criando vínculos com o cidadão, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e educadores populares com o SUS	Curto prazo
	Ampliar a cobertura em saúde bucal	Médio/ Longo prazo
	Melhorar as estruturas de atendimento	Curto / médio prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Educação

A Educação Municipal refere-se ao atendimento da população como também o desenvolvimento do aprendizado através de programas e projetos de abrangência municipal em parceria com os governos Estadual e Federal. Os equipamentos educacionais devem estar de acordo com as normas e diretrizes da Educação Nacional, Plano Municipal de Educação e condições físicas das edificações, a fim de adequar e garantir a acessibilidade universal.

Os objetivos do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Educação são:



- Planejamento do setor de ensino no município de Prado Ferreira;
- Garantir qualidade aos equipamentos sociais de ensino;
- Garantir o atendimento universalizado do ensino de qualidade à população.

Quadro 2.8 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Educação

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Planejamento do setor de Ensino no Município de Prado Ferreira	Formação continuada para docentes na área de língua estrangeira moderna, robótica, informática, dentre outros	Médio prazo
Garantir qualidade aos equipamentos sociais de ensino	Construção, mobiliário e materiais didáticos/ pedagógicos de "Sala Maker" (laboratório compartilhado de informática e ciências) em todas as escolas	Longo prazo
	Construção e estruturação de sala de recursos multifuncional dos CMEIs	Longo prazo
	Construção, mobiliário e materiais didáticos / pedagógica sala de brinquedoteca em todos os CMEIs	Longo prazo
	Manutenção dos prédios escolares - escolas e CMEIs: pintura, restauração, manutenção hidráulica e elétrica, aberturas, etc.	Médio prazo
	Construção de cisternas nas escolas e CMEIs	Curto prazo
	Construção de uma escola municipal na modalidade "especial"	Curto prazo
	Instalação de geradores de energia fotovoltaica nas escolas e CMEIs	Médio prazo
	Aquisição de mesa educativa/ interativa para turmas da educação infantil modalidade pré-escola	Longo prazo
	Aquisição de acervo literário para escolas e CMEIs	Médio prazo
Garantir o atendimento universalizado do ensino de qualidade à população	Garantir o acesso universal, a permanência na escola, a redução da distorção idade/série e a qualidade no ensino básico de nove anos, conforme dispõe o Plano Nacional de Educação	Médio prazo
	Ampliar o atendimento à faixa etária de zero a cinco anos/ Educação Infantil, priorizando o acesso à demanda expressa e à população mais vulnerável	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Assistência Social

A assistência social no município deve promover o bem-estar da população em geral, como também o desenvolvimento de ações de inclusão social, garantia de acesso aos equipamentos sociais e assistência direta às famílias em estado de vulnerabilidade social. Além dos equipamentos, a assistência social desenvolve projetos e programas junto aos governos Estadual e Federal para melhorar a qualidade de vida da população.

Os objetivos do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Assistência Social e Habitação são:

- Promover o atendimento da assistência social à toda população de Prado Ferreira;
- Garantir qualidade aos equipamentos sociais: reformar, ampliar e manter em condições adequadas as instalações físicas da rede municipal de ação social;
- Ampliar a sistemática de planejamento do setor habitacional no município;



- Promover melhorias das condições habitacionais no município;
- Garantir o acesso à terra urbanizada, à moradia e à cidade.

Quadro 2.9 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Assistência Social

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Promover o atendimento da assistência social à toda população de Prado Ferreira	Manter a política social de caráter integrado para enfrentar as questões da desigualdade, criando mecanismos de inclusão, cumprindo as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social	Ação contínua
	Garantir a supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre exigências da rentabilidade econômica	Ação contínua
	Reduzir as violações de direitos, em especial, adolescentes pessoas com deficiência, pessoas idosas e mulheres	Ação contínua
	Manter e ampliar o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais	Ação contínua
	Fortalecer a articulação intersetorial de atendimentos realizados pela rede de políticas públicas e sistemas de garantia de direito, implantando metodologias de trabalhos e fluxos que contribuam com o fortalecimento do trabalho em rede	Ação contínua
	Garantir recursos humanos de acordo com as diretrizes legais do SUAS, através de concurso público	Curto prazo
Garantir qualidade aos equipamentos sociais: reformar, ampliar e manter em condições adequadas as instalações físicas da rede municipal de ação social	Qualificar os serviços, programas e projetos oferecidos, através de educação permanente aprofundamento de conhecimento e capacitação técnica das servidões do SUAS e a disseminação de experiências bem-sucedidas e reordenação de metodologias de atendimentos, considerando as especificidades dos territórios e as legislações.	Ação contínua
	Construção de uma sede para o Conselho tutelar	Médio prazo
	Reforma e ampliação do CRAS	Curto prazo
	Implantação de equipe mínima de proteção social especial de média complexidade	Médio prazo
	Implantação de um CREAS	Longo Prazo
	Apliação do SCFV Crescendo em Cidadania, com criação de espaço amplo para recreação	Médio prazo
	Reforma de casas e ambientes comuns do Lar dos Idosos	Curto prazo
	Universalizar a cobertura dos serviços, garantindo ao cidadão o direito ao que necessitar da assistência social como dever do estado e política pública não contributiva que compõe a seguridade social. As atividades dever ser organizadas em sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e sociedade civil, que articula meios, esforços e recursos para a execução de serviços, programas, projetos e benéficos socioassistenciais;	Ação contínua
	Manter e ampliar as estruturas e infraestruturas da assistência social, incluindo os recursos humanos;	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Quadro 2.10 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Habitação

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
-------------------------------	--	--------------------



Ampliar a sistemática de planejamento do setor habitacional no Município	Elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme objetivos, diretrizes e disposições deste Plano Diretor;	Médio prazo
	Incentivar a formação de Associação de Moradores dos bairros	Médio prazo
	Fortalecer parcerias com o setor privado para produção de HIS e promover parcerias com cooperativas, associações, universidades, entidades de classe, organizações da sociedade civil e iniciativa privada que possam viabilizar estudos, projetos e obras que deem suporte a programas habitacionais;	Longo prazo
Promover melhorias das condições habitacionais no Município	Desenvolver programas alternativos destinados prioritariamente a população em situação de vulnerabilidade, tais como a locação social, cessão de moradia por tempo determinado, reforma, aquisição de lotes, de forma a diversificar as formas de acesso à moradia, e prevendo ainda o atendimento habitacional emergencial e transitório quando necessário;	Longo prazo
Garantir o acesso à terra urbanizada, à moradia e à cidade	Oferecer incentivos urbanísticos para a implantação de Habitação de Interesse Social, assegurando os níveis adequados de qualidade e conforto;	Longo prazo
	Fomentar a captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos e administrativos destinados a investimentos habitacionais de interesse social, provenientes de fontes privadas e governamentais, externas ao Município.	Longo prazo
	Viabilizar a integração de programas habitacionais com diferentes fontes de recursos (municipal, estadual, federal ou internacional);	Médio prazo
	Fortalecer os mecanismos e instâncias de participação popular, especialmente do Conselho Municipal de Habitação e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação no acompanhamento da execução de planos, projetos e programas habitacionais;	Longo prazo
	A articulação com as demais políticas públicas de assistência social, saúde, educação, mobilidade, e meio ambiente.	Médio prazo
	Criação do Fundo Municipal de Habitação	Longo prazo
	Implantação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH na implementação da Política Municipal de Habitação;	Médio prazo
	A articulação com as demais políticas públicas de assistência social, saúde, educação, mobilidade, e meio ambiente.	Médio prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Cultura, Esporte e Lazer

As áreas de esporte e lazer são compreendidas pelos equipamentos como espaços públicos para a sociabilidade e realização de atividades e projetos.

Os objetivos do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Cultura, Esporte e Lazer são:

- Promover ações que valorizem a cultura no município;
- Adequação de espaços para a valorização do turismo;
- Promover a prática de esportes e lazer em Prado Ferreira;
- Ampliar a oferta de áreas de lazer no município.

Quadro 2.11 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Cultura

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
-------------------------------	--	--------------------



Promover ações e eventos que valorizem a Cultura, no Município	Fortalecer políticas e programas de preservação, conservação e reabilitação do patrimônio socioambiental: bens culturais, ambientais e imateriais, como a praça central	Médio/ Longo prazo
	Promover e ampliar a utilização dos equipamentos de cultura, esporte e lazer existentes, assim como os espaços públicos, garantindo o acesso universal e equitativo da população aos equipamentos e programas	Médio/ Longo prazo
	Estabelecer parceria com escolas e entidades para criar o arquivo público municipal para promover o resgate da história local	Médio/ Longo prazo
	Apoiar as iniciativas, que visem a promoção da cultura	Curto prazo
	Incentivar, valoriza e preservar a produção existente bem como estimular o aparecimento de novas formas de expressão cultural	Curto prazo
	Apoiar as diferentes formas de organização da população, principalmente dos agentes culturais	Médio/ Longo prazo
	Promover a integração das atividades culturais as atividades de lazer e esportes, em eventos da comunidade em geral	Médio/ Longo prazo
	Dar apoio e promover o desenvolvimento das atividades artesanais tradicionais no Município	Médio/ Longo prazo
	Fortalecer e apoiar os projetos estratégicos já existentes ou ativação de novos, que ofereçam lazer, entretenimento e fruição culturais, propiciando à população cultura o por meio de atividades que agucem a sensibilidade, estimulem atitudes criativas, críticas e cidadãs	Médio/ Longo prazo
	Garantir o acesso democrático aos bens culturais e o direito a sua fruição propor e incentivar a criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais nos vários campos da cultura e das artes	Médio/ Longo prazo
Adequação de espaços para a valorização do turismo	Garantir da Liberdade de expressão, criação e produção no campo cultural	Curto prazo
	Garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;	Curto prazo
	Criar e adequar espaços físicos para atividades culturais, considerando as necessidades das diferentes manifestações do setor e a descentralização espacial, visando atender a maioria da população	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)

Quadro 2.12 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento de Infraestrutura e Serviços Públicos – Esporte e Lazer

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Promover a prática de esportes e lazer em Prado Ferreira	Manter a política de valorização da prática esportiva	Médio/ Longo prazo
	Construção de uma área de lazer no centro de eventos do município (exemplo: bicicross)	Curto prazo
Ampliar a oferta de áreas de lazer no Município	Treinamento desportivo conforme a lei orgânica de oferecer esporte e atividades de lazer com busca da qualidade de vida, bem-estar e convívio social.	Longo prazo
	Criação/ampliação de áreas de lazer como praças e parques	Curto prazo
Ampliar as atividades nas hortas comunitárias (Espaço verde)	Ampliar as estruturas das hortas comunitárias com a instalação de estruturas de apoio, área de reunião e	Médio prazo



processamento básico de produtos da horta, por
exemplo

Fonte: ITEDES (2023)

2.5. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com o §3º do art. 1º do Decreto Federal n.º 5.205/04, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, as ações, os projetos e as atividades, inclusive de natureza infraestrutura, que levem à melhoria das condições do poder público para o cumprimento da sua missão institucional.

O Eixo Estratégico de Desenvolvimento Institucional visa o implemento da gestão municipal a partir da sistemática de planejamento estabelecida no Plano Diretor Municipal de Prado Ferreira. As diretrizes deste eixo são referentes à organização administrativa quanto ao planejamento territorial, processo permanente de planejamento, melhoria do sistema de arrecadação municipal e a gestão democrática a ser assegurada por mecanismos de participação popular. Deverá também ser reorganizado o Conselho Municipal do Plano Diretor para acompanhar e monitorar as atividades de gestão e planejamento municipal.

A reestruturação administrativa visa atender as propostas de planejamento para os próximos dez anos, auxiliando a administração pública para a gestão do Plano Diretor Municipal, através do desenvolvimento da capacidade gerencial, técnica e financeira do poder público com a aplicação da gestão democrática dentro das decisões da administração pública local. Essa política busca a articulação entre os departamentos municipais para implantação de ações coordenadas e integradas que promovam o desenvolvimento municipal, de forma a garantir uma melhor gestão urbana.

O planejamento territorial e sua implementação a partir do plano diretor é uma das incumbências do poder público municipal e função específica do **Departamento de Planejamento**, integrando as demais secretarias, setores e serviços relacionados. Também terá envolvimento direto com o **Conselho Municipal do Plano Diretor**, que deverá ser instituído logo após a aprovação da Lei do Plano Diretor para o acompanhamento e monitoramento das atividades de gestão e planejamento. As diretrizes políticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Institucional são:

- Garantir o processo de planejamento territorial permanente;
- Aperfeiçoar a gestão pública quanto ao planejamento territorial;
- Melhorar o sistema de arrecadação dos tributos municipais.

Na sequência, tem-se a apresentação das propostas municipais e medidas urbanísticas para cada uma das diretrizes políticas do Eixo Estratégico Desenvolvimento Institucional.

Quadro 2.13 – Objetivos, Diretrizes Políticas e Medidas Urbanísticas do Eixo Estratégico de Desenvolvimento Institucional

Objetivos do Eixo Estratégico	Diretrizes Políticas/ Medidas Urbanísticas	Horizonte Temporal
Garantir o processo de planejamento territorial permanente	Aperfeiçoar o sistema de monitoramento de planejamento territorial a partir de indicadores urbanísticos e critérios técnicos para analisar o território e sua transformação	Médio Prazo
	Estabelecer parceria com instituições públicas e sociedade civil organizada para aplicação de estudos, pesquisas e orientações no aperfeiçoamento do sistema de monitoramento de planejamento territorial	Médio Prazo



	Criar sistema de atualização e avaliação periódica da base cartográfica do Município	Curto prazo
	Reforçar o controle e a fiscalização do parcelamento do solo urbano e aplicar as penalidades cabíveis;	Longo Prazo
	Estruturação com equipamentos adequados as funções: computadores, notebooks, projetor multimídia, telas de tamanho superior para análises de projetos, drones para fiscalização, etc.	Curto/Médio Prazo
	Criação de banco ou acervo de projetos de forma a viabilizar a tomada de recursos estadual e federal.	Médio Prazo
	Fomento aos projetos previstos neste plano, priorizando consultas e participações populares intermediárias as etapas de projeto.	Médio Prazo
	Propiciar planejamento conjunto das secretarias no sentido de unificar as consultar populares, principalmente para elaboração de planos e orçamento participativo.	Longo Prazo
	Criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, tendo a finalidade de estabelecer prioridades na implantação de políticas de ampliação ao setor industrial, comercial e tecnológico do município, visando promover o desenvolvimento econômico e social da municipalidade;	Médio Prazo
	Criação do Departamento de Planejamento para garantir a implementação das diretrizes do Plano Diretor e a aplicação das leis urbanísticas.	Médio Prazo
	Fortalecer o Departamento de Planejamento, para garantir a implementação das diretrizes do Plano Diretor e a aplicação das leis urbanística	Médio Prazo
	Aumento do volume de servidores e capacitação dos agentes fiscalizadores.	Longo Prazo
	Fiscalização sistemática do perímetro urbano e da Macrozona rural do Município, para cumprimento das características das zonas e Macrozonas.	Médio Prazo
Aperfeiçoar a gestão pública quanto ao planejamento territorial	Estudar a reestruturação administrativa, buscando aumentar a eficiência da gestão municipal	Médio prazo
	Disponibilizar cursos para os servidores municipais inclusive através de convênios com entidades e instituições de ensino para atualização de temas referentes ao planejamento urbano e territorial e gestão pública administrativa	Curto prazo
	Adequar setores públicos da estrutura administrativa com profissionais capacitados e lotados para o atendimento das demandas urbanas nas áreas de geoprocessamento, habitação de interesse social, mobilidade urbana, saneamento básico, turismo, patrimônio histórico e outros	Curto prazo
	Criar uma Comissão Interna de Planejamento Integrado, com representantes de todas as Secretarias Municipais	Médio Prazo
Melhorar o sistema de arrecadação dos tributos municipais	Fortalecer as finanças municipais através da revisão, da consolidação e da atualização da atividade tributária municipal	Curto prazo
	Implantação de cadastro multifinalitário para coleta, armazenamento e atualização dos dados referentes ao desenvolvimento municipal com uso de tecnologia de georreferenciamento e atualização periódica do cadastro imobiliário urbano e da planta genérica de valores	Curto prazo
	Manter cadastro atualizado de contribuintes municipais	Curto prazo
	Promover orientações técnicas para a população sobre a cobrança de impostos municipais	Médio Prazo



	Regulamentar e implementar o Orçamento Participativo	Longo Prazo
Otimização de recursos	Revisão do organograma institucional de forma a otimizar a distribuição dos recursos e cargos. Além de outras formas de controle a serem diagnosticadas.	Longo Prazo
	Capacitação espreiada para acompanhamento de editais e captação de recursos.	Curto prazo

Fonte: ITEDES (2023)



3. SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Territorial é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que objetivam a coordenação articulada das ações dos setores público e privado e da sociedade em geral bem como a integração entre os diversos programas setoriais e a dinamização e modernização da ação governamental.

Para tanto, o Sistema Municipal de Planejamento precisa ser estruturado com os seguintes órgãos:

- Departamento de Planejamento e Urbanismo
- Conselho da Cidade de Prado Ferreira;
- Sistema de Informações Municipais;
- Comissão Interna de Planejamento Integrado.

As atribuições do Departamento de Planejamento e Urbanismo são:

- Coordenação das funções de planejamento do município, visando desenvolvimento econômico, físico e social;
- Definição das diretrizes gerais para elaboração, execução e supervisão de planos, programas e projetos da administração;
- Definição das diretrizes gerais para elaboração, execução e supervisão do plano plurianual;
- Definição das diretrizes gerais para elaboração, execução e supervisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Orientação e coordenação das atividades públicas privadas com vistas ao desenvolvimento harmônico do município;
- Estabelecimento de diretrizes, estudo e aprovação de projetos de expansão dos serviços públicos diretos, concedidos e permitidos;
- Estudo, aplicação e fiscalização da Política Municipal de Parcelamento e Uso do Solo Urbano;
- Análise, implantação, acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes da aplicação do plano diretor e do Estatuto da Cidade;
- Levantamento, consolidação e tabulação de dados socioeconômicos do município;
- Pesquisa e manutenção de dados sobre demografia e as condições socioeconômicas, de habitação, saúde, educação e das respectivas projeções de demanda das populações periféricas e dos aglomerados urbanos;
- Cadastramento e estudo das fontes de financiamento e elaboração ou coordenação dos trabalhos decorrentes de projetos de aplicação de capital;
- Aprovação, fiscalização e vistoria de projetos e obras privadas e públicas em geral e dos próprios municipais;



- Assessoramento aos demais órgãos da administração em assuntos urbanísticos, orçamentários técnicos de sua competência, ou que nesta condição lhe forem cometidos pelo Prefeito;
- Fornecimento de dados e informações fim de subsidiar processo decisório.

De acordo com a Resolução n°. 001/2008 do ConCidades do Paraná, a recomendação é que o Conselho atenda a proporcionalidade de **60% dos membros da sociedade civil e 40% do Poder Público** e a composição do conselho deverá ser deliberada na Conferência Municipal, próxima etapa do Plano Diretor.

As atribuições do Conselho Municipal do Plano Diretor devem ser deliberativas quanto às questões específicas ao Plano Diretor e consultivas no caso de assuntos diversos, como segue:

- Elaborar seu Regimento Interno;
- Acompanhar a implantação do Plano Diretor, analisando e opinando sobre questões relativas à sua aplicação;
- Acompanhar o processo de atualização permanente do Plano Diretor, através da proposição de alterações;
- Emitir parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor;
- Emitir parecer sobre projetos de lei de interesse da política desenvolvimento socioespacial, antes de seu encaminhamento para o processo de aprovação pela Câmara Municipal;
- Acompanhar a regulamentação legal e a implantação dos Instrumentos de política municipal, Instrumentos de regularização fundiária e dos instrumentos de democratização de gestão, regulamentados na presente Lei;
- Aprovar as contrapartidas oferecidas, alterações nos coeficientes básico e máximo de aproveitamento e alterações da base de cálculo da contrapartida em função do solo criado ou de outros Instrumentos;
- Acompanhar a elaboração e implantação dos Planos Setoriais indicados no Plano Diretor;
- Acompanhar a elaboração dos projetos de lei que regulamentarão o presente Plano Diretor, opinando sobre seu conteúdo;
- Convocar Audiências Públicas;
- Emitir parecer sobre proposta de criação de Zonas Especiais de Interesse Social e sobre Estudos de Impacto de Vizinhança;

4. APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

De acordo com Estatuto da Cidade os instrumentos, tem o objetivo fazer o cumprimento da função social da terra e a gestão democrática do território. Em Prado Ferreira, a princípio, a aplicação desses instrumentos é indicada para as seguintes zonas urbanas, apresentado no Quadro 4.1.



Quadro 4.1 – Aplicação dos instrumentos urbanísticos conforme o macrozoneamento urbano

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS					
	Central	Em Consolidação	Produção Industrial	Expansão Urbana	Ambiental Urbana
PEUC – Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	x	x			
IPTU – Progressivo no Tempo	x	x			
Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública	x	x			
Operações Urbanas Consorciadas	x	x	x	x	
Consórcio Imobiliário		x	x		
Direito de Preempção	x	x	x	x	
ODC – Outorga Onerosa do Direito de Construir	x				
Direito de Superfície	x	x	x	x	
Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV	x	x	x	x	
Usucapião Especial de Imóvel Urbano	x	x		x	
Transferência do Potencial Construtivo	x	x	x	x	
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social	x	x		x	

Fonte: ITEDES (2023).



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720241882668

Substituição sem Custo à 1720223804707

1. Responsável Técnico

FERNANDO FERNANDES

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Empresa Contratada: **ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL**

RNP: **2602547590**

Carteira: **SP-94790/D**

Registro/Visto: **74875**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

CNPJ: **01.613.136/0001-30**

RUA SÃO PAULO, 191

CENTRO - PRADO FERREIRA/PR 86618-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 25/05/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 191

CENTRO - PRADO FERREIRA/PR 86618-000

Data de Início: 25/05/2022

Previsão de término: 12/12/2022

Coordenadas Geográficas: -23,040737 x -51,44267

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

CNPJ: **01.613.136/0001-30**

4. Atividade Técnica

[Coordenação] de levantamento cadastral multifinalitário

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Coordenação para elaboração de cadastro e Planta de Valores Genéricos

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por FERNANDO FERNANDES, registro Crea-PR SP-94790/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/04/2024 e hora 11h51.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA - CNPJ: 01.613.136/0001-30

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Registrada em : 04/04/2024

ART Isenta

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 15/05/2024 15:14:58

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720233556560

Equipe à 1720233291443
Subcontratação/Subempreitada à 1720233291443

1. Responsável Técnico

ALEX DA CUNHA MOLINA

Título profissional:

ENGENHEIRO AMBIENTAL E SANITARISTA

RNP: 1720748330

Carteira: PR-201586/D

2. Dados do Contrato

Contratante: ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO E SOCIAL

CNPJ: 00.413.717/0001-65

AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 655

JARDIM PRESIDENTE - LONDRINA/PR 86061-335

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 20/06/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 191

CENTRO - PRADO FERREIRA/PR 86618-000

Data de Início: 20/06/2023

Previsão de término: 19/06/2024

Finalidade: Outro

Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA

CNPJ: 01.613.136/0001-30

4. Atividade Técnica

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Participação da Revisão do Plano Diretor de Prado Ferreira-PR

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por ALEX DA CUNHA MOLINA, registro Crea-PR PR-201586/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/07/2023 e hora 15h48.

ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL- CNPJ:
00.413.717/0001-65

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em : 11/07/2023

Valor Pago: R\$ 96,62

Nosso número: 2410101720233556560

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 14/05/2024 11:46:05

www.crea-pr.org.br

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720233556544

Equipe à 1720233291443
Subcontratação/Subempreitada à 1720233291443

1. Responsável Técnico

LETICIA MEDEIROS GIMENEZ

Título profissional:

GEOGRAFA

RNP: **1719718075**

Carteira: **PR-190910/D**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO E SOCIAL**

CNPJ: **00.413.717/0001-65**

AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 655

JARDIM PRESIDENTE - LONDRINA/PR 86061-335

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: **20/06/2023**

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 191

CENTRO - PRADO FERREIRA/PR 86618-000

Data de Início: **20/06/2023**

Previsão de término: **19/06/2024**

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

CNPJ: **01.613.136/0001-30**

4. Atividade Técnica

[Projeto] de mapeamento temático

[Estudo] de plano diretor

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Participação da Revisão do Plano Diretor de Prado Ferreira/PR

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por LETICIA MEDEIROS GIMENEZ, registro Crea-PR PR-190910/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/07/2023 e hora 15h50.

ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - CNPJ:
00.413.717/0001-65

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em : 11/07/2023

Valor Pago: R\$ 96,62

Nosso número: 2410101720233556544

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 12/07/2023 09:26:19

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1/1
ART de Obra ou Serviço
1720233557060

Equipe à 1720233291443
Subcontratação/Subempreitada à 1720233291443

1. Responsável Técnico

MARCOS VINICIUS COSTA RODRIGUES

Título profissional:

ENGENHEIRO AMBIENTAL

RNP: **1715674065**

Carteira: **PR-155634/D**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL**

CNPJ: **00.413.717/0001-65**

**AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 655
JARDIM PRESIDENTE - LONDRINA/PR 86061-335**

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: **20/06/2023**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 191

CENTRO - PRADO FERREIRA/PR 86618-000

Data de Início: **20/06/2023**

Previsão de término: **19/06/2024**

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

CNPJ: **01.613.136/0001-30**

4. Atividade Técnica

[Estudo] de *planejamento ambiental*

Quantidade Unidade

1,00 SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Participação na elaboração da revisão do Plano Diretor de Prado Ferreira

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS COSTA RODRIGUES, registro Crea-PR PR-155634/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/07/2023 e hora 15h55.

ITEDES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL- CNPJ:
00.413.717/0001-65

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em : 11/07/2023

Valor Pago: R\$ 96,62

Nosso número: 2410101720233557060

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impresso em: 16/05/2024 15:45:19

www.crea-pr.org.br





1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: ELISA ROBERTA ZANON
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 281.XXX.XXX-88
Nº do Registro: 000A408956

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13278457I00CT001
Data de Cadastro: 11/07/2023
Data de Registro: 29/09/2023

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$115,18 Boleto nº 19026956 Pago em: 28/09/2023

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$5.000,00

CPF/CNPJ: 00.XXX.XXX/0001-65
Data de Início: 20/06/2023
Data de Previsão de Término: 19/06/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RUA
Logradouro: SAO PAULO
Bairro: CENTRO

CEP: 86618000
Nº: 191
Complemento:
Cidade/UF: PRADO FERREIRA/PR

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO
Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 153,40
Unidade: quilômetro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Não se aplica

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Elaboração da revisão do Plano Diretor de Prado Ferreira, município da Região Metropolitana de Londrina, com 3.709 habitantes (IBGE, 2022), 153,40 km² (IBGE, 2023), de acordo com a Lei Federal 10.257/2001, compreendendo as seguintes fases de trabalho: mobilização, análise temática integrada (diagnóstico), diretrizes e propostas e plano de ação de investimentos. Trabalhos específicos de revisão de parâmetros da legislação urbanística, estudos de uso do solo, capacidade do meio físico, sistema viário, macrozoneamento, base de dados georreferenciada, reuniões temáticas com os gestores públicos e população, com a realização de audiências públicas e conferência municipal.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06



de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI13278457I00CT001	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social	INICIAL	11/07/2023

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista ELISA ROBERTA ZANON, registro CAU nº 000A408956, na data e hora: 11/07/2023 14:41:34, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.





1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: CATARINA MARIA SCHAUFF ZANETTI

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 685.XXX.XXX-34

Nº do Registro: 000A132730

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14298263I00CT001

Data de Cadastro: 15/05/2024

Data de Registro: 16/05/2024

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: INICIAL

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$119,61

Boleto nº 20304644

Pago em: 16/05/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL

CPF/CNPJ: 00.XXX.XXX/0001-65

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Data de Início: 15/05/2024

Valor do Serviço/Honorários: R\$12.500,00

Data de Previsão de Término: 19/06/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

Tipo Logradouro: RUA

Logradouro: SÃO PAULO

Bairro: CENTRO

CEP: 86618000

Nº: 191

Complemento:

Cidade/UF: PRADO FERREIRA/PR

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 153,40

Unidade: quilômetro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Não se aplica

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Assessoria para revisão do Plano Diretor de Prado Ferreira, município da Região Metropolitana de Londrina, com 3.709 habitantes (IBGE, 2022), 153,40 km² (IBGE, 2023), de acordo com a Lei Federal 10.257/2001, compreendendo as seguintes fases de trabalho: Diretrizes e propostas e plano de ação de investimentos. Trabalhos específicos de revisão de parâmetros da legislação urbanística, sistema viário, macrozoneamento e com a realização de audiências públicas e conferência municipal.



3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro a não exigibilidade de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14298263I00CT001	INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	INICIAL	15/05/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista CATARINA MARIA SCHAUFF ZANETTI, registro CAU nº 000A132730, na data e hora: 15/05/2024 16:08:17, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.

